

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a avaliação multidisciplinar e a elaboração de plano de atendimento personalizado para assegurar o exercício dos direitos e promover a inclusão da pessoa com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

“Art. 8º

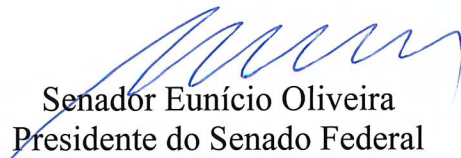
§ 1º A pessoa com deficiência em situação de dor, mal-estar, abandono, isolamento ou qualquer outra forma de exclusão, dessa forma privada do exercício efetivo dos direitos referidos no **caput** e previstos nesta Lei ou em outros atos normativos, tem direito a avaliação, inclusive domiciliar, por equipe multidisciplinar, que elaborará plano de atendimento personalizado para assegurar o exercício de seus direitos e promover a sua inclusão.

§ 2º O plano de atendimento referido no § 1º pode incluir a prestação de serviços por agentes executores de políticas públicas de esporte, lazer, cultura, educação, saúde, trabalho, segurança, assistência social e assistência jurídica, além de outros serviços considerados pertinentes pela equipe multidisciplinar, sendo garantido o uso de equipamentos públicos.

§ 3º Para atingir os fins previstos neste artigo, além do atendimento personalizado e domiciliar, a participação da família e da comunidade na inclusão da pessoa com deficiência deve ser estimulada.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Senado Federal, em 04 de abril de 2018.


Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal